

Qual o lugar do indivíduo não-heterossexual dentro de uma Comunidade Terapêutica Religiosa?¹

Janine Targino (IUPERJ/UCAM)

RESUMO

Esta comunicação tem a intenção de descrever e analisar a trajetória de indivíduos não-heterossexuais no que diz respeito a busca por recuperação da dependência química no âmbito de uma comunidade terapêutica religiosa (CTR). Ao longo da discussão nos nortearmos pela definição de CTR presente em Ribeiro & Minayo (2015), na qual as CTR's (também chamadas de Centros de Recuperação) são identificadas como espaços financiados ou cofinanciados por entidades religiosas e pelo Estado que atuam com o objetivo de recuperar dependentes de drogas fundamentalmente através da abstinência. Conforme destaca Monteiro (2012, p. 137), “em sua grande maioria, as comunidades terapêuticas são oriundas da religião protestante”. Destaca-se que o principal projeto terapêutico das CTR's é o tratamento religioso, que pode substituir ou agregar outras modalidades de tratamento, como a medicamentosa, por exemplo. Além disso, nota-se que as CTR's expandem o raio de alcance de igrejas que se empenham em promover a evangelização em *bocas de fumo* e *cracolândias*. Os dados apresentados nesta comunicação são provenientes de entrevistas semiestruturadas, além das observações de campo em duas CTRs localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Através da análise dos dados coletados ao longo da pesquisa pode-se concluir que, quando adentram uma CTR em busca de tratamento, indivíduos identificados como não-heterossexuais são atendidos sob circunstâncias singulares e sujeitos a discursos profundamente atravessados por moralidades religiosas.

Palavras-chave: Dependência Química; Comunidades Terapêuticas; Indivíduos não-heterossexuais

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

INTRODUÇÃO

Esta comunicação tem a intenção de descrever e analisar a trajetória de indivíduos não-heterossexuais no que diz respeito a busca por recuperação da dependência química no âmbito de uma comunidade terapêutica religiosa (CTR). O material analisado é proveniente de entrevistas semiestruturadas e observações de campo realizadas com mulheres em tratamento para a dependência química em duas CTRs, sendo a primeira delas (CTR1) vinculada a um grupo católico carismático, enquanto a segunda (CTR2) trata-se de iniciativa impetrada por uma igreja pentecostal. Líderes destas CTRs foram igualmente ouvidas em entrevistas semiestruturadas.

Os dados serão analisados sob o prisma dos conceitos de moral – religiosa e não-religiosa – e conversão. Assim sendo, os relatos das internas e dos líderes das CTRs serão esmiuçados com o objetivo de apreendermos como, no processo de tratamento para a dependência química, os discursos e moralidades presentes na cosmologia religiosa são mobilizados enquanto recursos entendidos como capazes promover alterações na carreira moral (GOFFMAN, 1988) de indivíduos não-heterossexuais.

Ao longo da discussão nos nortearmos pela definição de CTR presente em Ribeiro & Minayo (2015), na qual as CTR's (também chamadas de Centros de Recuperação) são identificadas como espaços financiados ou cofinanciados por entidades religiosas e pelo Estado que atuam com o objetivo de recuperar dependentes de drogas fundamentalmente através da abstinência. Destaca-se que o principal projeto terapêutico das CTR's é o tratamento religioso, que pode substituir ou agregar outras modalidades de tratamento, como a medicamentosa, por exemplo. Além disso, nota-se que as CTR's expandem o raio de alcance de igrejas que se empenham em promover a evangelização em bocas de fumo e crackolândias.

Através da análise dos dados coletados ao longo da pesquisa pode-se concluir que, quando adentram uma CTR em busca de tratamento, indivíduos identificados como não-heterossexuais são atendidos sob circunstâncias singulares e sujeitos a discursos profundamente atravessados por moralidades religiosas.

ALGUNS PONTOS PARA UMA ANÁLISE PRELIMINAR

Um ponto bastante sensível dentro das instituições que foram foco da pesquisa são os relacionamentos homoafetivos que eventualmente surgem e se desenvolvem entre as internas. Algumas delas relataram em suas entrevistas que, antes de aderir ao tratamento contra a dependência química nestas CTRs, se relacionavam afetivamente com pessoas do mesmo sexo e se auto definiam, até então, como indivíduos homossexuais. Inclusive as entrevistas captaram casos em que as internas deixaram de se identificar ou se apresentar como homossexuais em função do início do tratamento nas CTRs analisadas, uma vez que os preceitos aplicados no bojo de um tratamento religioso para a dependência química expressam certa intolerância com indivíduos que não performam heterossexualidade. Provavelmente por isso, essas mulheres encontram dificuldades em gerir uma nova economia dos afetos² dentro dos muros destas CTRs, onde não podem estabelecer relacionamentos homoafetivos com suas colegas de tratamento.

Para além das restrições impostas pelas CTRs à homossexualidade, faz-se necessário considerar como tais interdições estão diretamente relacionadas com a construção do ideal de mulher buscado pelas religiões cristãs. Em estudos anteriores (TARGINO, 2017; TARGINO & MESQUITA, 2018, 2020), foi possível constatar que no âmbito de CTRs católicas e evangélicas existe o compartilhamento de moralidades - religiosas e não religiosas - que servem de base para a construção do que seria o modelo ideal de mulher cristã. De acordo com essa perspectiva, tal modelo se sustenta sobre o tripé “boa mãe + boa esposa + boa fiel” que, segundo as moralidades compartilhadas nas instituições em tela, seria inalcançável pelas mulheres usuárias e/ou dependentes de drogas, assim como também pelas mulheres que não vivenciam e performam heterossexualidade. Ainda, quando observamos esta questão por outro ângulo, podemos perceber que há nestas instituições a compreensão de que o cumprimento das orientações que envolvem a maternidade, o casamento e a igreja constituem a estratégia mais consistente para que estas mulheres atinjam o pleno afastamento do uso de drogas. Em suma, podemos dizer então, que a verdadeira mulher cristã é aquela que se dedica plenamente ao marido (casamento), à família e à igreja.

² Aqui, aplicou-se o conceito de economia dos afetos, conforme Spinoza (2009) para tratar das normas compartilhadas que orientam as restrições e permissões empregadas para as expressões amorosas.

Nesse cenário, não há de forma alguma espaço para a construção de qualquer modalidade diferente de núcleo familiar ou de relacionamento afetivo que não esteja comprometido com o modelo heteronormativo defendido, inclusive, pelos setores mais conservadores da sociedade como o único possível. Por isso, a nova economia dos afetos à qual as internas estão submetidas implica no completo afastamento de qualquer tipo de relacionamento que possa ser interpretado pela equipe dirigente das instituições como inadequado.

Com a intenção de evitar toda forma de aproximação considerada inadequada entre as internas, encontramos nas CTRs observadas algumas regras que, quando não são cumpridas, levam à aplicação de sanções. Trocas de olhares, carícias ou outras expressões de afeto vistas como “perigosas” são terminantemente proibidas. Nos casos em que as internas descumprem essa determinação, elas recebem punições que vão desde a exclusão de alguma atividade de lazer até a expulsão permanente da instituição. Na entrevista concedida pela líder da CTR1, ela mencionou que alguns casais homoafetivos – formados dentro da comunidade terapêutica e que recusaram se separar – foram expulsos da instituição como forma de exemplo para as demais internas. Em outros casos, de internas que tentaram se relacionar amorosamente, mas que aceitaram o afastamento imposto pela instituição, houve a permanência delas no tratamento.

Sim, já tivemos situações aqui em que elas confundiram as coisas. A gente tenta instruir e mostrar que isso aqui dentro não pode acontecer. E quando elas não aceitam nossas instruções, o único jeito é a expulsão. Mas também tem as meninas que aceitam o que a gente fala, como a Carla e a Vitória³, que no começo estavam muito próximas e agora não dão mais dor de cabeça pra gente (Líder da CTR1, 41 anos).

Para além da questão dos afetos entre as mulheres e dos impedimentos impostos aos mesmos, há outro ponto que merece ser destacado, pois diz respeito à performance pública que se espera destas internas. Algo que surgiu com muita força nas entrevistas foi o apelo das instituições analisadas no sentido de estimular o desenvolvimento da “feminilidade” das mulheres em tratamento como uma maneira de reconstruir suas carreiras morais (GOFFMAN, 1988), afasta-las - quando necessário - de relacionamentos homoafetivos e torná-las mais próximas do ideal de mulher cristã que

³ Nomes fictícios.

tratamos anteriormente. Nessa perspectiva, um dos recursos fortemente acionados trata do uso de vestuário entendido como mais adequado à rotina das CTRs, excluindo-se, por exemplo, o uso de roupas decotadas ou justas, muitas vezes associadas a um estilo de vestir e a condutas estigmatizadas (GOFFMAN, 1988, p. 14) que precisam ser redefinidas a partir da internação. Ao mesmo tempo, veta-se o uso de peças do vestuário masculino, uma vez que o uso delas é entendido internamente como um grave descumprimento das orientações acerca do ideal feminino. Justamente para evitar que as internas se vistam de maneira classificada como inadequada, ambas as instituições contam com guarda-roupas coletivos onde todas as internas podem usufruir de roupas, calçados e acessórios considerados apropriados.

O exercício desta modalidade de controle sobre os corpos femininos revela que estas CTRs estão sobremaneira comprometidas com uma perspectiva onde o pudor, o recato e a feminilidade devem ser estimulados entre as internas. Importante destacar que, segundo a perspectiva compartilhada internamente, a performance feminina – com uso de roupas, calçados e acessórios classificados como “femininos” – estabelece um contraponto importante com homossexualidade feminina. Ou seja, de acordo com a retórica sustentada dentro das CTRs – e, diga-se de passagem, não só nestas instituições, mas também em diversos nichos da sociedade mais abrangente – a homossexualidade feminina é compreendida como uma experiência que passa necessariamente pela adoção de elementos “masculinizantes” – como o uso, por exemplo, de peças do vestuário masculino. Dessa forma, a orientação para que as internas se vistam de maneira “feminina” é entendida como uma estratégia para que elas cumpram as expectativas alimentadas pelas instituições no que tange à performance “correta” para as mulheres.

O relato de Ana Paula nos parece bastante ilustrativo para demonstrarmos como se dá a experiência de determinadas internas com a questão do vestuário.

Eu sempre gostei de roupa mais larga, tipo bermudão e camisa. Quando eu cheguei aqui eu usava roupa nesse estilo, tipo um pouco mais “menininho”. Mas aí quando a Maria⁴ (coordenadora da CTR2) viu as roupas que eu trouxe pra cá ela falou “não vai ficar nada disso aqui, vai voltar tudo com a sua mãe”. Eu pensei, “e agora, vou ter que usar vestido e saia?” Eu quase fui embora na hora, só que eu prometi que eu ia ficar 3 meses aqui. E com o tempo eu acabei me acostumando, né? Fui ficando, ficando e me

⁴ Nome fictício.

acostumando. Todo mundo aqui fala que eu mudei, fiquei até mais bonita (Ana Paula⁵, interna da CTR2)

ONDE FICA O INDIVÍDUO NÃO-HETEROSSEXUAL?

Destaque especial precisar ser dado à presença dos recursos religiosos acionados pelas CTRs, uma vez que eles são fundamentais para que possamos melhor apreender as experiências das internas não-heterossexuais no âmbito das condições de tratamento oferecidas nestas instituições. De acordo com os relatos obtidos, a inserção das internas nestas CTRs as leva a uma nova compreensão a respeito de si mesmas e de qual performance deveriam exercer não apenas dentro da instituição, mas também diante da sociedade mais abrangente. A discussão aqui apresentada ainda precisa ser mais bem desenvolvida em vários aspectos, tendo em vista que a observação acerca da questão principal desta comunicação se desdobra em diversos outros tópicos.

Por fim, respondendo à questão colocada no título desta comunicação – qual o lugar do indivíduo não-heterossexual dentro de uma CTR? –, diante de tudo que fora exposto até aqui, nos parece ser mais adequado falarmos de um “não lugar” ocupado por estes indivíduos. Os preceitos e moralidades aplicados internamente nestas instituições apontam para a necessidade da vivência de uma performance que coadune com as expectativas sustentadas dentro da cosmologia religiosa. Em função disso, ser, agir e se definir como homossexual é compreendido como algo que precisa ser absolutamente evitado pelas mulheres em tratamento. Dentro destas CTRs não há espaço para qualquer tipo de experiência que não esteja profundamente alinhada às concepções heteronormativas amplamente defendidas não só por determinados grupos religiosos, como também por demais nichos conservadores presentes em nossa sociedade.

⁵ Nome Fictício.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOFFMAN, Erving. Estigma. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

RIBEIRO, Fernanda Mendes Lages; MINAYO, Maria Cecília de Souza. As Comunidades Terapêuticas religiosas na recuperação de dependentes de drogas: o caso de Manguinhos, RJ, Brasil. Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]. 2015, v. 19, n. 54.

TARGINO, Janine. Estudo de caso sobre comunidades terapêuticas religiosas. Ciencias sociales y religión/Ciências Sociais e Religião, v. 19, p. 75-92, 2017.

_____ ; MESQUITA, Wania. Mulheres em tratamento em uma comunidade terapêutica religiosa: relatos e experiências sobre dependência química. In: 42º Encontro Anual da ANPOCS, 2018, Caxambu, MG. Anais do 42º Encontro Anual da ANPOCS, 2018. p. 1-22.

_____. O nascimento da boa mulher cristã: notas sobre a experiência de mulheres adictas em uma comunidade terapêutica religiosa. Religare, v. 17, n. 2, 2020.

SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.